

Refugiados e desenvolvimento econômico: um estudo a partir de diferentes bases de dados

Valeria Fechine¹

Resumo: A temática do Refúgio no Brasil faz parte da agenda de estudos e pesquisas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), incluindo construções e análises de indicadores dos refugiados que vivem no país. Este artigo estabelece como metodologia quantitativa o agrupamento de bases de dados com as informações cadastrais de registros ativos de refugiados no Brasil, juntamente com os indicadores econômicos de desenvolvimento municipal. Entrelaçando análises descritivas e correlações dos indicadores com o quantitativo de refugiados e aumento de microempreendedores estrangeiros.

Palavras-chave: Refugiados. Refúgio. Integração local.

Refugees and economic development: a study from different databases

Abstract: The theme of Refuge in Brazil is part of the study and research agenda of the Institute for Applied Economic Research (IPEA), including construction and analysis of indicators of refugees living in the country. This article establishes as a quantitative methodology the grouping of databases with the registration information of active records of refugees in Brazil, together with the economic indicators of municipal development. Intertwining descriptive analyzes and correlations of indicators with the number of refugees and increase in foreign microentrepreneurs.

Keywords: Refugees. Refuge. Local integration.

Refugiados y desarrollo económico: un estudio a partir de diferentes bases de datos

¹ Doutoranda da Pós Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional da Universidade de Brasília. Bolsita de pesquisa do IPEA na temática de refúgio e Consultora em Metodologia Estatística do PNUD.

Resumen: El tema Refugio en Brasil es parte de la agenda de estudios e investigaciones del Instituto de Investigaciones Económicas Aplicadas (IPEA), que incluye la construcción y análisis de indicadores de refugiados que viven en el país. Este artículo establece como metodología cuantitativa la agrupación de bases de datos con la información de registro de registros activos de refugiados en Brasil, junto con los indicadores económicos de desarrollo municipal. Entrelazando análisis descriptivos y correlaciones de indicadores con el número de refugiados y aumento de microempresarios extranjeros.

Palabras clave: Refugiados. Refugio. Integración local.

Introdução

A Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (DINTE) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) incluiu em 2010 a temática do Refúgio no Brasil em sua agenda de estudos e pesquisas passando a acompanhar, desde então, as práticas dos órgãos do governo federal, organismos internacionais e organizações da sociedade na proteção e apoio às pessoas que vivem no Brasil nessa condição.

Esse acompanhamento das práticas de governo está presente nos trabalhos: 'Refúgio no Brasil: caracterização dos perfis sociodemográficos dos refugiados (1998-2014)' e na 'Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: levantamento 2014-2016', todos realizados no intuito de colaborar com a formulação de políticas públicas mais humanas e que atendam às reais necessidades dos refugiados e das comunidades que os acolhem.

Destaque também, para a pesquisa de 'Refugiados e a Integração Local no Brasil' que o Ipea está realizando com o apoio e participação do Comitê Nacional para os Refugiados - CONARE² e das organizações que o compõem e do Alto Comissariado das

² CONARE é o órgão colegiado e interministerial sob a coordenação do Ministério da Justiça e Segurança Pública. É responsável pela análise de reconhecimento da condição de refugiado, em primeira instância, e pelas declarações de cessação e de perda da condição de refugiado.

Nações Unidas para os Refugiados - ACNUR³, com foco em identificar fatores da integração local de refugiados, a partir da perspectiva dos próprios refugiados e solicitantes de refúgio. A primeira fase da pesquisa foi divulgada no livro 'Refúgio no Brasil: integração de refugiados e solicitantes de refúgio em Brasília (2019)' (BEZERRA LIMA et al., 2020).

Moreira (2014, p. 88 e 89) entende que:

o termo 'integração local' faz referência ao processo que se desenvolve quando o refugiado passa a interagir em novo contexto, no país de destino, em meio à comunidade receptora ... tal abordagem concebe a integração como via de mão dupla, a qual supõe adaptação não apenas do recém-chegado como também da sociedade receptora.

Considera-se que existem três dimensões para o processo de integração local: jurídica (regularização migratória e garantia de direitos); econômica (autossuficiência financeira e mercado de trabalho); e sociocultural (baseia-se nos princípios de respeito e tolerância).

A ocupação estabelece qualquer atividade produtiva que gere renda e auxilie o refugiado e sua família no seu sustento, e o mercado de trabalho exige formação e vocação profissional, levando em consideração as peculiaridades individuais, com vínculo empregatício ou não. A integração, pensada na dimensão econômica, redinamiza o refugiado e a sociedade, gerando riqueza e fortalecendo a integração.

O IPEA desenvolveu uma metodologia de estudo das mídias jornalísticas que aborda a temática da situação do refúgio no Brasil, com destaque para abordagem dos autores que mencionam que a adoção de material jornalístico nas pesquisas de refúgio no Brasil acrescentou flagrantes das questões e desafios vividos pelos imigrantes no olhar da grande imprensa nacional, assinalando

³ ACNUR é um órgão das Nações Unidas que protege e oferece assistência às pessoas refugiadas, deslocadas e apátridas em todo o mundo.

temas a serem acolhidos pelos entes governamentais que executam políticas e programas de integração dessas pessoas às comunidades locais brasileiras (BEZERRA LIMA, GARCIA e FECHINE, 2020). Os refugiados ao chegarem no país de refúgio estão determinados a reconstruir suas vidas. Muitos deles se tornam empreendedores por necessidade, justamente por não conseguirem entrar no mercado formal por diversas dificuldades, tais como documental, idioma ou falta de comprovação de experiência.

É da natureza do refúgio que muitas pessoas cheguem sem documentos, e com essa espera eles ficam numa situação vulnerável, sem acesso à saúde, à educação e ao trabalho”, diz a advogada especialista em direitos humanos Larissa Leite da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo (O estrangeiro, 2014).

Para aqueles que acabaram de chegar no Brasil o desemprego, as dificuldades burocráticas para conseguir documentação, a validação do diploma e aprendizado do português são os principais obstáculos. Segundo pesquisa “Caminhos para o Refúgio”, da Universidade de Brasília, 47,8% dos profissionais de Recursos Humanos acreditam que seus colegas evitam contratar refugiados por medo de autuações do Ministério do Trabalho, e 64,7% acreditam que os “refugiados sejam sempre imigrantes muito empobrecidos”⁴.

A comunidade refugiada percebendo essas dificuldades faz com que o ingresso dessas pessoas no mercado de trabalho aconteça, principalmente por meio da economia informal, nas atividades que estão à margem da formalidade (sem registro formal, sem contribuições de impostos e garantias). No Brasil, de acordo com o Perfil Socioeconômico dos Refugiados levantado pelo ACNUR em 2019, 38% dos refugiados são empreendedores e 79% afirmam ter disposição para empreender. Para os entrevistados desse estudo, os fatores que dificultam o empreendimento são: 78,2% apontam ser falta de recursos financeiros, 24,3% falta de apoio técnico,

⁴ Disponível em: <<http://caminhosdorefugio.com.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

19,7% desconhecimento sobre como abrir, 18,4% dificuldades com o idioma e 12,7% por ser estrangeiro.

Iniciativas governamentais, redes de apoio e incentivos fazem com que o grupo de refugiados tenha vontade de procurar abrir os seus negócios, conforme destacado pelo estudo Política de refúgio do Brasil consolidada, “o empreendedorismo liderado por refugiados, ao receberem o devido apoio em sua fase inicial, pode colaborar substancialmente com o desenvolvimento econômico e social” OIM (2017). O município de São Paulo é um exemplo atrativo para esse grupo de pessoas, pois possui Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania com a Coordenação de Políticas para Imigrantes (CPMig), com diversas políticas de apoio aos refugiados, como o projeto Refugiado Empreendedor, desenvolvido em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e o CONARE. O projeto auxilia na capacitação e na formalização dos empreendimentos dos refugiados.

Segundo o presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos, “o empreendedorismo é uma forma de incluir socialmente e economicamente os milhares de refugiados que o Brasil abraçou. É uma chance de eles conquistarem parte da vida que deixaram para trás” (ASN, 2016).

Outro projeto interessante é o Deslocamento Criativo⁵, que consiste numa plataforma, que conta com o apoio do Programa de Ação Cultural do município de São Paulo, que por meio de rede cria mecanismos de aproximação entre o refugiado empreendedor, os consumidores, os parceiros de negócio e as empresas, gerando sinergia para o ambiente de negócios. Essas ações favorecem na formulação de políticas públicas dirigidas a esse público.

Segundo ACNUR⁶, alguns refugiados têm experiência empreendedora em seu país. Por isso, para muitos deles, empreen-

⁵ Disponível em: <<http://www.deslocamentocriativo.com.br/>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

⁶ Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/refugiadosempreendedores/>>. Acesso em: 15 jan. 2020

der no próprio negócio pode ser a melhor maneira de reconstruir a vida no Brasil, mas exige esforço e capacidade de adaptação à economia local. Em 2019, a Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia lançou o Microempreendedor Individual - MEI para os imigrantes de forma simplificada.

Nesse contexto, os imigrantes que trabalham como autônomos podem registrar de forma simplificada seus pequenos negócios. Nesse caso, ele precisa informar o país de origem, o número da carteira nacional de registro migratório, ou documento provisório de registro nacional migratório ou protocolo de solicitação de refúgio. A partir da apresentação desses documentos, os refugiados podem se formalizar e ter acesso a inúmeros benefícios, como por exemplo, aposentadoria, licença-maternidade, financiamentos, entre outros.

Outra forma de integração é o fortalecimento das redes de apoio para os refugiados que acontece em muitas vezes por meio de amigos e parentes, conforme levantado em estudo de campo por Oliveira (2016), que constatou nos depoimentos da pesquisa: “Um conhecido, um amigo, um parente, e lá estavam citadas as redes como forma de conseguir empregos temporários, no comum das vezes, mal remunerados e fora de qualquer legalidade contratual” (OLIVEIRA, 2016, p. 266).

O Brasil é um país heterogêneo e com realidades socioeconômicas diferenciadas, incluindo as potencialidades dos municípios no escopo do desenvolvimento regional, conforme demonstrado no estudo do Perfil dos Municípios Brasileiros (Munic) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), para o imigrante ter um emprego e poder escolher um local para recomeçar é fundamental que a região tenha atrativos de absorção de mão de obra. As migrações internacionais no século XXI adquirem, cada vez mais, papel importante no cotidiano social, nos mercados de trabalho, nas sociedades de chegada e de partida, nos fluxos financeiros e na mobilidade da força de trabalho (SASSEN, 2010).

A Figura 1 é um exemplo de refugiado empreendedor que busca uma nova vida. Essa imagem foi apresentada na matéria do *Jornal das Associações Comerciais do Estado de São Paulo*, e conta o caso da Muna Darweesh, 35 anos, que fugiu da guerra na Síria e viu que poderia ganhar dinheiro vendendo comida árabe.

Nesse sentido, o levantamento realizado pelo IBGE (2019) revela a baixa oferta de apoio governamental a imigrantes e refugiados que buscam asilo no Brasil. A pesquisa divulga que apenas 215 cidades oferecem algum tipo de serviço específico para essa população.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública (2018) acompanha os processos de pedido de refúgio, sendo que até maio de 2019 foram computados 5.314 refugiados com registro ativo⁷ no Brasil (*Refúgio em Números 3^a. edição*), e também identifica informações pessoais tais como sexo, idade, nacionalidade e último local de moradia⁸ no Brasil.

⁷ Registros ativos são migrantes que permanecem com o status da condição de refúgio, sendo excluídas, as pessoas que se naturalizaram brasileiras, ou deixaram de ser refugiadas e optaram pela residência nos termos da Lei de Migração (Lei nº 13.445/17), retornaram ao país de origem, tiveram a cessação da condição de refugiado, faleceram, entre outras situações.

⁸ O último local de moradia no Brasil pode não corresponder ao local de residência atual dessas pessoas, já que elas têm direito de transitar livremente no território nacional.

Figura 1 - Empreendedorismo garante sobrevivência de refugiados no Brasil



Fonte: Jornal das Associações Comerciais do Estado de São Paulo, 20 de abr. 2016.

O presente estudo está sendo norteado pelos municípios declarados como local de moradia pelos refugiados, e como eles podem estabelecer correlações com os indicadores de integração econômica. Foi organizada uma base agregada com as informações cadastrais do banco de dados dos refugiados, juntamente com os indicadores econômicos de desenvolvimento municipal, tais como Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que mede o grau de desenvolvimento econômico da região. Outra informação que faz parte dessa base agregada diz respeito aos microempreendedores individuais (MEI-estrangeiros), migrantes com a mesma nacionalidade dos refugiados que estão alocados no mercado de trabalho. O objetivo principal é correlacionar os indicadores relacionados à integração econômica que podem operar enquanto atrativos para o estabelecimento do indivíduo refugiado em determinada região, segundo a declaração do seu último local de moradia. A Metodologia adotada para o estudo é quantitativa e se apoia na análise descritiva com base nos dados agregados e análise inferencial com a construção de modelo regressivo e correlação.

A consolidação das bases de dados municipais sobre refúgio

O estudo partiu do princípio de construir uma base de dados agregada dos municípios brasileiros utilizando variáveis de referência sobre a situação dos refugiados. Relacionando os indicadores com o local de moradia dos refugiados de três bases de dados de interesse, Refúgio em Números (MJSP), Contas Nacionais (IBGE) e MEI-estrangeiros (SEBRAE).

O detalhamento das bases de dados e variáveis de interesse estão descritas abaixo.

Base de dados refúgio em números

A base de dados com as informações cadastrais de registros ativos de refugiados no Brasil do estudo Refúgio em Números 3ª edição do Ministério da Justiça e Segurança Pública (2019), informa a quantidade de refugiados vivendo no Brasil sob essa condição. A base congrega informações de 5.314 refugiados que residem no país, distribuídos em 305 municípios brasileiros, segundo o último local de moradia. Há também informações do perfil dos refugiados, tais como sexo, idade e país de nacionalidade do estrangeiro.

Base de dados contas nacionais

A base de dados com as informações do PIB municipal foi extraída do Sistema de Contas Nacionais do IBGE, juntamente com a população para cálculo do PIB per capita municipal referente ao ano de 2016. Os PIBs dos municípios estão a preços correntes compatíveis com as metodologias das Contas Regionais e Nacionais do Brasil, sendo as estimativas obtidas comparáveis entre si.

Base de dados MEI-estrangeiros

A base de dados dos microempreendedores individuais migrantes – MEI-estrangeiros utilizou como fonte os dados do Portal

do Empreendedor do Sebrae, referentes ao levantamento de maio de 2019, apontou em torno de 43 mil MEI de várias nacionalidades. As informações foram agrupadas por nacionalidade do estrangeiro empreendedor em cada município brasileiro.

Base de dados agregada

Os dados de interesse do estudo foram agrupados em uma única base de dados para facilitar a manipulação e compartilhamento das variáveis de interesse, utilizando como variável chave - código de município do IBGE com sete dígitos. Para obtenção dessa base foi utilizado o software estatístico IBM SPSS Statistics⁹.

O processo de junção entre as três bases foi iniciado com o paramento entre as bases Refúgio em Números - Contas Nacionais – MEI-estrangeiros.

O conjunto de variáveis analisadas, seus formatos, descrições e fontes de pesquisa estão detalhados na tabela abaixo.

⁹ IBM SPSS Statistics –software estatístico que possui uma interface de acesso com ampla variedade de recursos, incluindo análise de cluster e relatórios analíticos, facilitando o gerenciamento e compartilhamento de seus resultados.

Tabela 1 – Descritivo das variáveis de interesse no estudo

Variável	Formato	Descrição	Fonte
COD_Munic	Numérica (7 dígitos)	Código de identificação do município (variável chave)	IBGE
Nome_Munic	Qualitativa	Nome do município do último local de moradia dos refugiados	IBGE
UF	Qualitativa (2 dígitos)	Unidade da Federação do município	IBGE
N_Refugiados	Quantitativa	Quantidade de refugiados por município em março/2018	Refúgio em Números/MJ
Sexo	Qualitativa	Sexo dos refugiados: M – masculino, F – feminino	Refúgio em Números/MJ
Idade	Quantitativa	Idade dos refugiados em 2018	Refúgio em Números/MJ
País_Nacionalidade	Qualitativa	Nome do país de nacionalidade do refugiado	Refúgio em Números/MJ
PIB_pcp	Numérica (reais)	Valor corrente do Produto Interno Bruto dividido pela população total do município em 2016, é chamado de PIB per capita	C o n t a s Nacionais/IBGE
MEI-estran-geiro	Quantitativa	Quantidade de microempreendedores individuais estrangeiros por município – dados de agosto de 2019	Portal do Empreendedor MDIC/Sebrae

Fonte: Elaborada pela autora

Ao organizar a base de dados agregada foram gerados gráficos e tabelas para relacionar o perfil e concentrações dos refugiados nos municípios. Foram construídos mapas em

plataforma ArcGIS¹⁰, utilizando as malhas geográficas dos municípios para analisar a relação das concentrações regionais dos indicadores com o local de moradia dos refugiados.

Para medir o impacto da quantidade de MEI-estrangeiros (X) na quantidade de refugiados nos municípios (Y), segundo o último local de moradia, foi utilizada análise de Regressão Linear¹¹. O objetivo dessa análise foi obter uma equação que pudesse estimar a quantidade de refugiados nos municípios em função da quantidade de MEI- estrangeiros, além de descrever como se dava a relação entre essas variáveis e o grau de associação entre elas. Conforme Charnet et al. (1999), Y é denominada variável estimada ou resposta, enquanto X é denominada variável explicativa ou regressora. Para mensurar a qualidade do referido ajuste, foi utilizado o coeficiente de determinação R², responsável por estimar a proporção da variabilidade da quantidade de refugiados nos municípios explicada apenas pela quantidade de MEI-estrangeiro. De acordo com esse coeficiente, quanto mais próximo de 1 melhor será a qualidade do ajuste do modelo.

Resultados descritivos e discussões

Os principais resultados extraídos da base de dados harmonizada serão apresentados a seguir de forma descritiva, por meio de percentuais, tabelas, gráficos e mapas.

O perfil dos 5.134 refugiados que residem no Brasil retrata que:

- ✓70% são do sexo masculino;
- ✓67% têm idade entre 20 e 40 anos, com média de 34 anos;
- ✓35% têm nacionalidade síria, 13% democrata-congolês e 10% colombianos.

¹⁰ Plataforma ArcGIS –software de mapeamento baseado em localizações geográficas.

¹¹ Regressão Linear – utiliza o método de mínimos quadrados e usa a equação: $\hat{Y}=a + bX$, sendo *a* o intercepto e *b* o coeficiente angular do modelo ou reta de regressão.

Sobre o perfil dos refugiados nota-se que a grande participação dos homens nesse grupo deve-se a vários fatores. Ressalta-se que, segundo pesquisa do ACNUR (2019), 49,2% são solteiros e têm maior predisposição para passar por experiências de isolamento, distância e superar as dificuldades da viagem. Destaca-se ainda as mulheres e meninas refugiadas sofrem mais com assédio, violência e exploração sexual durante a viagem, por isso são minorias, segundo estudo da organização Anistia Internacional¹².

A pesquisa do ACNUR (2019) retratou que os refugiados no Brasil são jovens, 67% têm entre 20 e 40 anos de idade, com idade média de 34 anos. Estão dispostos a iniciar uma nova vida no país, estudando, formando suas famílias, trabalhando ou abrindo seus próprios negócios. A maior parte dos refugiados no Brasil vem da Síria (35%), fugidos de uma guerra na maior crise humanitária enfrentada por aquele país. Em busca de novas condições de vida, os refugiados acreditam que o Brasil é um país cuja população é mais receptiva no seu acolhimento. Os imigrantes sírios são empreendedores, há grande participação de negócios próprios com predominância de pessoas dessa nacionalidade, conforme analisado pelos autores Bezerra Lima, Garcia e Fechine (2020, p. 64):

“As pessoas de nacionalidade síria concentravam-se nos setores de comércio, de vendas e de gastronomia, principalmente na condução de seus próprios negócios. São Paulo e Rio de Janeiro são os estados que reúnem maior concentração de restaurantes e negócios gastronômicos de sírios, incluindo a venda informal de comida árabe em barracas distribuídas nas ruas das duas cidades”.

As concentrações de refugiados, segundo o último local de moradia, estão demonstradas no Mapa 1. Os resultados mostram que:

¹² Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/01/refugiadas-sofrem-violencia-sexual-em-exodo-diz-anistia-internacional.html>>. Acesso em: 15 dez. 2020

✓ cerca de 52% dos refugiados estão concentrados no estado de São Paulo (52%);

✓ 17% deles estão no estado do Rio de Janeiro (17%);

✓ 8% estão no estado do Paraná;

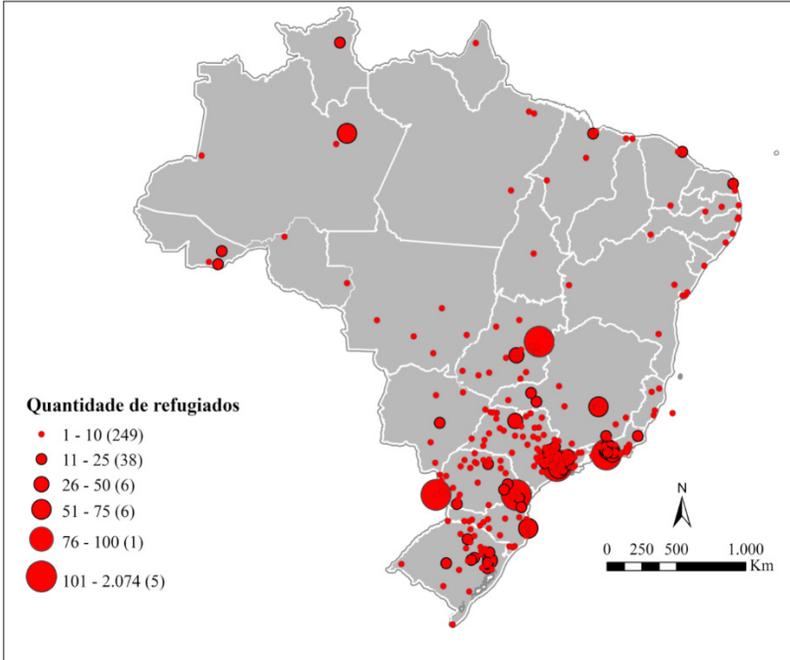
✓ no estado de São Paulo, os municípios que concentram o maior grupo de refugiados são: São Paulo, Guarulhos e São Bernardo do Campo;

✓ no estado do Rio de Janeiro, os municípios que concentram a maior parte de refugiados são: Rio de Janeiro, Duque de Caxias e Niterói;

✓ no Paraná, os municípios com maior concentração de refugiados são: Curitiba, Foz do Iguaçu e São José dos Pinhais.

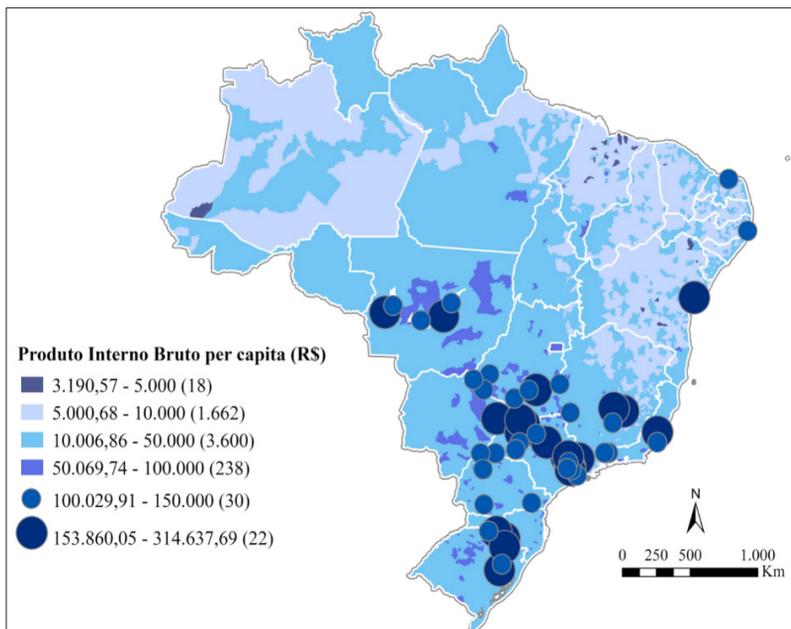
O estado de São Paulo concentra mais da metade do grupo de refugiados do país, dos quais 39% se encontram na capital paulista. A história da imigração nesse Estado tem enorme participação no contexto econômico brasileiro desde o final do século XIX, com os imigrantes que vieram para as lavouras cafeeiras e até os dias de hoje com os grandes fluxos migratórios decorrentes dos deslocamentos forçados de várias nações (RATHSAM, 2020). O município de São Paulo tem grandes atrativos para os refugiados, tendo em vista que possui o maior aeroporto do país, um dos principais em movimentação e circulação portuária, a cidade é reconhecida por sua integração social e cultural, com atrativos gastronômicos internacional e cosmopolita. Além disso, o município de São Paulo foi a primeira cidade brasileira a ter uma Política Municipal para a População Imigrantes, promovendo respeito à diversidade e à interculturalidade.

Mapa 1 – Quantitativo de refugiados ativos por município – Março/2018



Fonte: Refúgio em Números/MJSP. Elaborada pela autora.

Em relação às questões econômicas, observou-se que o PIB per capita está concentrado nos estados do sul e sudeste (ver Mapa 2), com destaque para os municípios com baixa densidade demográfica e forte presença industrial. Os municípios de maior representação estão concentrados próximo às regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Curitiba e Belo Horizonte. Fazendo referência ao Mapa 1, nota-se que a concentração de refugiados também acompanha os centros com maiores PIB per capita, levando à confirmação dos atrativos econômicos que as localidades de moradia deste grupo estão interligadas.

Mapa 2 – PIB per capita por município - 2016

Fonte: Munic/IBGE. Elaborada pela autora.

A relação entre a quantidade de refugiados ativos com os MEI-estrangeiros demonstrou que dos 305 municípios declarados pelos refugiados como local de moradia, em 261 deles existem 27 mil MEI-estrangeiros com a mesma nacionalidade dos refugiados. Eles estão concentrados principalmente nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Dando seguimento a análise, a Tabela 2 mostra apenas os dez municípios com maior concentração de MEI-estrangeiros com a mesma nacionalidade dos refugiados representam 74% do total de microempreendedores. A cidade de São Paulo é a maior, tanto em quantidade de refugiados quanto em quantidade de MEI-estrangeiros devido ao perfil municipal já citado anteriormente.

Tabela 2 – Os dez principais municípios com maior concentração de MEI-Estrangeiros com mesma nacionalidade dos refugiados

Municípios	UF	Quantidade refugiados	Quantidade MEI-estrangeiros com nacionalidade dos refugiados
São Paulo	SP	2.074	15.303
Rio de Janeiro	RJ	680	1.350
Brasília	DF	251	754
Guarulhos	SP	89	663
Curitiba	PR	139	412
Belo Horizonte	MG	65	384
Foz do Iguaçu	PR	138	315
Porto Alegre	RS	23	289
Florianópolis	SC	73	270
Campinas	SP	55	254

Fonte: Portal do Empreendedor/MDIC – dados de agosto/2019. Elaborada pela autora.

Para verificar a relação das variáveis citadas na tabela acima foi ajustado um modelo de regressão linear. A quantidade de refugiados dos municípios declarados como último local de moradia é altamente correlacionada positivamente com o número de MEI-estrangeiros de mesma nacionalidade, conforme demonstrado no Gráfico 1. Ressalta-se que o modelo identificou que o município de São Paulo é um *outlier*¹³, devido a maior quantidade de MEI-estrangeiros e refugiados do grupo de municípios estudados.

O coeficiente de determinação da regressão (R^2) foi da ordem de 93,8%, demonstrando a boa qualidade do ajuste. Em outras

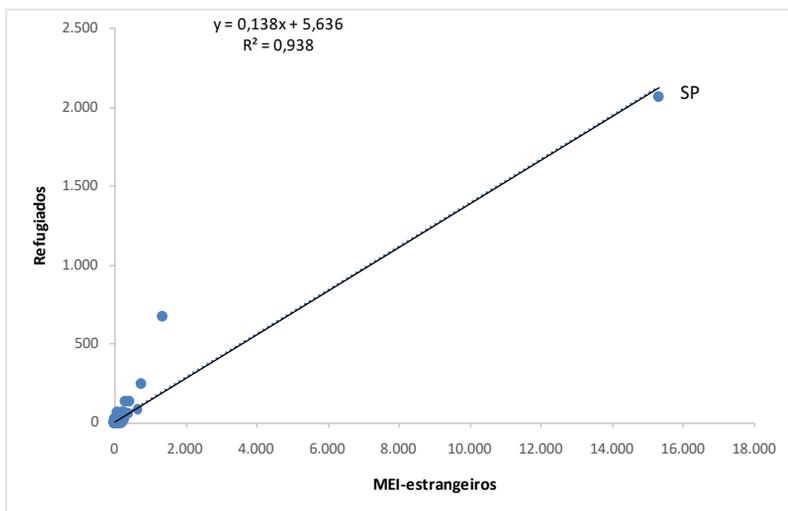
¹³ *Outlier* ou valor atípico é uma observação que apresenta um grande afastamento das demais informações do banco de dados.

palavras, pode-se dizer que 93,8% da variabilidade da quantidade de refugiados ativos foi explicada exclusivamente pela quantidade de MEI-estrangeiros nos municípios analisados. O restante dessa variabilidade pode ser explicada por causas aleatórias.

O modelo estimado demonstra que a relação entre essas variáveis pode ser explicada da seguinte forma: para cada 100 MEI-estrangeiros há um incremento 138 refugiados.

Alguns apontamentos podem ser destacados no estudo. Observou-se que a população de refugiados que residem no Brasil está concentrada em grandes centros urbanos e essas pessoas são atraídas pelas oportunidades de mudança de vida que esses centros oferecem. Conforme mencionado anteriormente, a capital paulista é a mais procurada pelos refugiados devido aos programas de apoio aos imigrantes, ao multiculturalismo e oportunidades de trabalho.

Gráfico 1 – Correlação entre o quantitativo de refugiados e MEI-estrangeiros de mesma nacionalidade dos refugiados segundo último local de moradia



Fonte: Refúgio em Número/MJ e Portal do Empreendedor/MDIC. Elaborada pela autora.

O estudo permitiu analisar os municípios que concentra grupos de refugiados e suas relações com o desenvolvimento econômico local, lembrando que faz parte de um dos três eixos da integração local, conforme detalhado por Moreira (2014). Os eixos (jurídico, econômico e sociocultural) se entrelaçam quando falamos de desenvolvimento econômico, pois para um refugiado é difícil estar documentado, comprovar experiência profissional, validar diploma e saber falar português. E todas essas dificuldades se relaciona ao fato de conseguir prover renda para subsistência, essas questões são discutidas nos estudos do IPEA (BEZERRA LIMA, GARCIA e FECHINE, 2020 e BEZERRA LIMA et al, 2020).

Por isso, muitas vezes os refugiados iniciam sua trajetória profissional na informalidade, desenvolvendo suas habilidades empreendedoras. Mas, o estudo de Barbosa, Tonhati e Ubiali (2020) constata que as políticas públicas de apoio precisam evoluir, eliminando obstáculos, levando em consideração a falta de domínio do idioma, a não comprovação de endereço para abrir conta em banco, a ausência de declaração de renda, ou seja, a dificuldade para formalizar o seu pequeno negócio. O estudo revelou também que os empreendedores refugiados chegaram ao setor de empreendedorismo motivados pelo desemprego, mas continuam na busca de um emprego com carteira assinada para obter renda para investir no empreendimento.

Conclusões

Em suma, o estudo trouxe a temática de refúgio no contexto de desenvolvimento econômico municipal na tentativa de contribuir para o debate acerca das questões de integração local dos refugiados na sociedade brasileira. A metodologia de congregar bases de dados para subsidiar estudos e aprofundamentos analíticos são de extrema importância para o contexto migratório. Outro ponto relevante, é trazer à tona o empreendedorismo para o grupo de refugiados, como alternativa de renda e fuga do desemprego. É importante destacar que existem outros olhares sobre os atrativos migratórios nos municípios com a presença de refugiados e que deverão ser aprofundados para a continuidade das discussões.

Referências

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS; CSVM – CÁTEDRA SÉRGIO VIEIRA DE MELLO (ACNUR). **Perfil Socioeconômico dos Refugiados no Brasil**. Brasília: ACNUR, 2019. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/07/Pesquisa-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-Refugiados-ACNUR.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2019.

AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS (ASN). **Empreendedorismo é opção para refugiados (2016, 01 abril)**. São Paulo: Sebrae, 2016. Disponível em:<<http://www.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/NA/empreendedorismo-e-opcao-para-refugiados,488a1923a03d3510VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

BARBOSA, L.; TONHATI, T.; UBIALI, M. **Desafios, limites e potencialidades do empreendedorismo de refugiados(as), solicitantes da condição de refugiado(a) e migrantes venezuelanos(as) no Brasil**. Cátedra Sérgio Vieira de Melo – UnB. Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), Brasília, DF: ACNUR, 2020

BEZERRA LIMA, J. B., MUNÕZ, F. P. F., NAZARENO, L. A., AMARAL, N. **Refúgio no Brasil: caracterização dos perfis sociodemográficos dos refugiados (1998-2014)**. Brasília: IPEA, 2017.

BEZERRA LIMA, J. B.; PEREIRA JÚNIOR, J. R.; DIAS, D. B.; FECHINE, V. M. R.; BARRIOS, J. A. S. **Refúgio no Brasil: integração de refugiados e solicitantes de refúgio em Brasília (2019)**. Brasília: IPEA, 2020.

BEZERRA LIMA, J. B.; GARCIA, A. L. J. C. R.; FECHINE, V. M. R. **Fluxos migratórios no Brasil: haitianos, sírios e venezuelanos**. In: VIANA, A. R. (org.). *A midiaticização do refúgio no Brasil (2010-2018)*. Brasília: IPEA, 2020.

BRANDINO, G. Após vinte anos da Lei de Refúgio brasileira, mais de 27 mil pessoas aguardam parecer do governo. **Caminhos do Refúgio**, 24 jul. 2017. Disponível em: <<http://caminhosdorefugio.com.br/apos-vinte-anos-da-lei-de-refugio-brasileira-mais-de-27-mil-pessoas-aguardam-parecer-do-governo/>>. Acesso em: 14 ago. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.445**, de 24 de mai. de 2017. Dispõe sobre os direitos e deveres do migrante e do visitante, regula sua entrada e estado no País e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para o emigrante. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm>. Acesso em: 20 dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública, **Refúgio em Números**. 3ª. ed. Brasília: MJSP, 2018. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros>>. Acesso em: 15 out. 2019.

BRASIL. Ministério de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Portal do Empreendedor – MEI**. Brasília: MDIC, 2019. Disponível em:<<http://www.portaldoeempreendedor.gov.br/>>. Acesso em: 18 mai. 2019.

CARNEIRO, W. P.; ROCHA, J. M. **Reflexões sobre a Questão Racial e o Refúgio no Sistema Brasileiro**. In: RODRIGUES, Viviane (Org.). Direitos humanos e refugiados. Vila Velha/ES: Nuares – Centro Universitário Vila Velha; ACNUR; IMDH, 2006. p. 9-34.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M., **Migrações e Mercado de Trabalho no Brasil. Relatório Anual 2018**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2018.

CHARNET, R.; BONVINO, H; FREIRE C. A. L; CHARNET, E. M. R. **Análise de modelos de regressão linear com aplicações**. Campinas, SP: Unicamp, 1999.

Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: levantamento 2014-2016. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; Agência Brasileira de Cooperação. Brasília: IPEA; ABC, 2018.

DIÁRIO DO COMÉRCIO, JORNAL DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Empreendedorismo garante sobrevivência de refugiados no Brasil** (2016, 20 abril). Disponível em: < <https://dcomercio.com.br/categoria/negocios/empreendedorismo-garante-sobrevivencia-de-refugiados-no-brasil> >. Acesso em: 5 dez. 2020.

IBM. *SPSS Software*. Disponível em: <<https://www.ibm.com/analytics/spss-statistics-software> >. Acesso em: 15 out. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Perfil dos municípios brasileiros: 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

MINGOTI, S. A. **Análise de dados através de métodos de estatística multivariada: uma abordagem aplicada**. Belo Horizonte, Editora UFMG. 2007.

MOREIRA, J. B.. **Refugiados no Brasil: Reflexões acerca do processo de integração local**. REMHU - Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., Brasília, Ano XXII, n. 43, p. 85-98, jul./dez. 2014.

OLIVEIRA, M. Refúgio e hospitalidade. Organização de José Antônio Peres Gediél e Gabriel Gualanode Godoy. In: **Imigrantes hatianos no estado do Paraná em 2015**. Curitiba: Kairós Edições, p. 249-276, 2016.

PACÍFICO, A. M. C. E MENDONÇA, R. L. **A proteção sócio jurídica dos refugiados no Brasil**. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 9, n. 1, p. 170 - 181, jan./jun. 2010.

PRADO, E. J. P. e COELHO, R. (organizadores). **Migrações e Trabalho**. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015.

O ESTRANGEIRO. **Refúgio no plural e no singular** (2014, 27 abril). Disponível em: <<https://oestrangeiro.org/2014/04/27/refugio-no-plural-e-no-singular/>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

OIM - Organização Internacional para as Migrações. **Política de refúgio do Brasil consolidada**. Marcelo Torelly, coordenador ; Aline Khoury, Luís Renato Vedovato, Veronica Korber Gonçalves. Brasília: Organização Internacional para as Migrações, Agência das Nações Unidas Para as Migrações, 2017.

RATHSAM, L. Destino: São Paulo. **Revista Eletrônica ComCiência**, 2020. Disponível em: < <https://www.comciencia.br/destino-sao-paulo/> >. Acesso em: 5 dez. 2020.

SASSEN, S. A criação de migrações internacionais. In: **Sociologia da Globalização**. Porto Alegre: Artemd, 2010.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Perfil do Microempreendedor Individual - 2017**. Brasília: SEBRAE, 2017. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2018/03/Perfil-do-Microempreendedor-Individual_2017-v10.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2019.